

XV - avaliar permanentemente a atuação Ministério Público / SEFAZ / SSP-DECECAP e os convênios firmados.

Art. 11. O Coordenador do GAESF/MPBA apresentará ao Procurador-Geral de Justiça relatório circunstanciado de suas atividades até o dia 10 de dezembro de cada ano, ou sempre que solicitado.

Art. 12. Obedecidos os parâmetros constitucionais aplicáveis, as atividades desenvolvidas pelo GAESF/MPBA serão mantidas sob absoluto sigilo por seus integrantes, cabendo exclusivamente aos membros ministeriais com atribuição para oficiar no feito, ao Coordenador do GAESF/MPBA, bem como ao Procurador-Geral de Justiça a realização das interlocuções e comunicações que se demonstrarem obrigatórias ou pertinentes no curso da investigação.

Art. 13. Respeitadas às limitações orçamentárias, os órgãos da Administração Superior do Ministério Público propiciarão apoio, informações e recursos materiais e humanos para consecução das finalidades previstas nesta Resolução.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, especialmente o Anexo I da Resolução nº 4, de 24 de abril de 2006, do Colégio de Procuradores de Justiça.

Salvador, 12 de junho de 2023.

PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA  
Procurador-Geral de Justiça Adjunto

CLEONICE DE SOUZA LIMA  
Corregedora-Geral do Ministério Público da Bahia

Membros Presentes: Procuradores de Justiça Elna Leite Ávila Rosa, Marília de Campos Souza, Zuval Gonçalves Ferreira, Rita Maria Silva Rodrigues, Natalina Maria Santana Bahia, Terezinha Maria Lôbo Santos, Regina Maria da Silva Carrilho, Sônia Maria da Silva Brito, Eny Magalhães Silva, Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp, Maria Adélia Bonelli Borges Teixeira, Tânia Regina Oliveira Campos, Nívea Cristina Pinheiro Leite, Cláudia Carvalho Cunha dos Santos, Lucy Mary Freitas Conceição Thomas, Marly Barreto de Andrade e Heliete Rodrigues Viana.

\*Retifica publicação feita no DJE, edição nº 3.351, de 14/6/2023.

---

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

---

EXTRATOS DE COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL REFERENTES À 9ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 2023  
(art. 60 da Resolução nº 11, de 11 de abril de 2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça)

15. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.9.188134/2019

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Manoel Correa Sarmento

OBJETO: Regularizar todas as atividades desenvolvidas na Fazenda Bom Jardim, situada em Itanhém/BA. Requerer licenças, autorizações, permissão de lavra, outorga ou dispensa de uso de recurso hídrico. Efetuar cadastros, prestar informações ou quaisquer outras ações exigidas em lei. Recompor as áreas ambientalmente protegidas.

20. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 600.9.261026/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Nailton de Jesus Santana

OBJETO: Regularizar ambientalmente o imóvel Sítio Jesus Cristo é o Senhor. Contratar técnico capacitado para corrigir o CEFIR. Elaborar Projeto Simplificado de Recuperação Ambiental.

26. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.471434/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Empresa Rancho do Cupim

OBJETO: Dispor do Alvará de Saúde (expedido pela Vigilância Sanitária do Município de Salvador/BA) e renová-lo periodicamente. Cumprir as normas sanitárias vigentes. Apresentar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).

33. INQUÉRITO CIVIL Nº 596.0.150927/2014

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana

ASSUNTO: Direito Ambiental > Saneamento

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Governador Mangabeira

OBJETO: Adequar o Município de Governador Mangabeira às regras da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

## 55. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.470910/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): DF Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda

OBJETO: Dispor do Alvará de Saúde (expedido pela Vigilância Sanitária do Município de Salvador/BA) e a renová-lo periodicamente. Cumprir as normas sanitárias vigentes. Executar o Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

## 58. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.61928/2010

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Sania Mara Gonçalves Santos

OBJETO: Recompôr áreas ambientalmente protegidas. Corrigir o CEFIR da Fazenda Vista Alegre.

## 71. INQUÉRITO CIVIL Nº 167.9.35334/2018

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João

ASSUNTO: Direito Ambiental > Reserva legal

COMPROMISSÁRIO(S): Manoel de Andrade Barreto

OBJETO: Realizar a inscrição do imóvel rural Fazenda Calábria no CEFIR. Regularizar as atividades desenvolvidas no imóvel rural. Requerer licenças, autorizações, outorga ou dispensa de uso de recurso hídrico. Efetuar cadastros, prestar informações ou quaisquer outras ações exigidas em lei.

## 78. INQUÉRITO CIVIL Nº 708.0.29141/2016

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Recursos Hídricos

COMPROMISSÁRIO(S): Clebio Rodrigues de Moraes; André dos Santos Rodrigues; Daniel Bruno dos Santos Rodrigues

OBJETO: Recompôr as áreas ambientalmente protegidas. Corrigir o CEFIR da Fazenda Nossa Senhora da Penha. Regularizar as atividades desenvolvidas na fazenda. Requerer licenças, autorizações, permissão de lavra, outorga ou dispensa de uso de recurso hídrico. Efetuar cadastros, prestar informações ou quaisquer outras ações exigidas em lei.

## 82. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.470863/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Bahia Café Hotel

OBJETO: Zelar pela manutenção das condições sanitárias verificadas pela VISA. Regularizar a renovação do licenciamento sanitário e atender as exigências notificadas no termo emitido. Dispor do Alvará de Saúde (expedido pela Vigilância Sanitária do Município de Salvador/BA) e renová-lo periodicamente.

## 84. INQUÉRITO CIVIL Nº 152.0.244765/2013

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Barra da Estiva; Secretaria de Meio Ambiente e Turismo

OBJETO: Regularizar/criar SISMUMA a fim de que sejam cumpridos pela Administração Pública Municipal os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais de proteção ao meio ambiente.

## 147. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.471126/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Pousada Solaris Ltda

OBJETO: Manter sanadas e não reiterar as irregularidades encontrada no Relatório de Inspeção e Notificação nº 102985, expedidos pela Vigilância Sanitária do Município de Salvador (VISA).

## 152. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 677.9.325852/2021

ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Brumado

ASSUNTO: Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos

COMPROMISSÁRIO(S): Wanderley Amorim da Silva; BRUMALIMP

OBJETO: Promover a resolução consensual do objeto investigado nos autos do Procedimento Preparatório Inquérito Civil nº IDEA 677.9.325852/2021.

## 157. INQUÉRITO CIVIL Nº 152.9.63676/2018

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis

ASSUNTO: Direito Ambiental > Revogação/Concessão de Licença Ambiental

- Direito Ambiental > Patrimônio Cultural

COMPROMISSÁRIO(S): Sérgio Moreira Santos

OBJETO: Promover a remoção e/ou restauração de todos os marcos e interferências físicas e instalações. Recompôr a vegetação local, dentro do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, especialmente o Cemitério de Mucugê. Apresentar ao IPHAN o projeto de restauração da área.

## 158. INQUÉRITO CIVIL Nº 698.9.155032/2021

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Irecê

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora

- Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Poluição

COMPROMISSÁRIO(S): Cleyton Novaes da Silva

OBJETO: Solucionar as irregularidades constatadas pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA no empreendimento Posto Canabrava.

## 162. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.282353/2022

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Jailton de Jesus Souza

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Produzir ou comprar mudas de árvores nativas e frutíferas e doar para a Secretaria do Meio Ambiente de Presidente Tancredo Neves. Distribuir panfletos educativos acerca do tema “meio ambiente”.

## 166. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 111.9.150753/2021

ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Dias D'Ávila

ASSUNTO: Direito Ambiental > Dano Ambiental

COMPROMISSÁRIO(S): Repepê Indústria de Plásticos Ltda; Município de Dias D'Ávila

OBJETO: Compensar o desmatamento pela Repepê Indústria de Plásticos Ltda para expandir sua área construída, em prol da amplificação de sua produção.

## 170. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.329154/2021

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Hélio de Melo dos Santos

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Doar o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de compensação, destinados à ONG Instituto Água Boa. Apresentar documento de propriedade do imóvel. Contratar técnico capacitado para elaborar ou corrigir o CEFIR. Utilizar biodigestor. Produzir ou compra mudas de árvores nativas e frutíferas. Distribuir panfletos educativos acerca do tema “meio ambiente”.

## 185. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.471512/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): HGP Hotel Ltda; Açaí do Pedro

OBJETO: Sanar e não reiterar as irregularidades detectadas pela VISA. Cumprir as normas sanitárias vigentes.

## 220. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.319828/2021

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Associação Brasileira de Educação Familiar e Social; Rede de Ensino Favani Ltda

OBJETO: Cumprir estritamente o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Cumprir as providências determinadas pela VISA. Respeitar as normas sanitárias. Cumprir todos os itens do Projeto de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico.

## 221. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.471405/2022

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Sal e Brasa Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda

OBJETO: Continuar a cumprir estritamente o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Continuar respeitando as normas sanitárias expedidas pelo Órgão oficial competente. Continuar a executar o Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

## 222. INQUÉRITO CIVIL Nº 719.9.19344/2018

ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Seabra

ASSUNTO: Direito Ambiental > Fauna

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Seabra

OBJETO: Criar, licitar, licenciar, instalar e operar 01 Canil Municipal e 01 Centro de Controle de Zoonoses. Efetivar em forma de mutirão esterilização de cães e gatos em situação de abandono. Disciplinar os cuidados com animais domésticos no território municipal com ações educativas. Apurar notícias de maus tratos.

## 223. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 707.9.273248/2022

ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Poções

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Tratamento Médico-Hospitalar > Atendimento/Tratamento Ambulatorial

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Poções

OBJETO: Em benefício de Wendell Sancho Prado, disponibilizar tratamento de fisioterapia ambulatorial. Apresentar o relatório médico diretamente à Secretaria Municipal de Saúde. Fornecer transporte urbano para a realização das fisioterapias. Disponibilizar consulta médica com neurologista e psiquiatra do SUS e arcar com as despesas para tanto.

**224. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 003.9.274169/2022**

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Larriquerri Restaurante Ltda

OBJETO: Sanar as não conformidades encontradas, conforme Notificação 661 e 662 da VISA. Executar o projeto aprovado pelo Órgão Competente, atentando-se a todas as observações feitas pelo CBMBA no Relatório de Fiscalização.

**225. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.61301/2019**

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Irecê

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Gilberto Feitosa Souza

OBJETO: Regularizar o registro CEFIR da propriedade. Constar a cota de 20% de reserva legal no CEFIR. Cercar a área de reserva legal. Fazer o georreferenciamento da área desmatada. Cumprir as disposições do PRAD. Pagar o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

**237. INQUÉRITO CIVIL Nº 007.9.30794/2019**

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Luís Carlos de Jesus Santos

OBJETO: Regularizar ambientalmente o imóvel rural Sítio Deus é Fiel. Apresentar documento de propriedade do imóvel. Contratar técnico capacitado para finalizar e corrigir o CEFIR. Elaborar Projeto Simplificado de Recuperação Ambiental.

**244. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.31484/2019**

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Gilberto Nascimento Costa

OBJETO: Realizar a inscrição do imóvel rural Fazenda Boa Vista I no CEFIR. Regularizar as atividades desenvolvidas na Fazenda Boa Vista I. Requerer licenças, autorizações, permissão de lavra, outorga ou dispensa de uso de recurso hídrico. Efetuar cadastros, prestar informações ou quaisquer outras ações exigidas em lei. Recompor as áreas ambientalmente protegidas.

**245. INQUÉRITO CIVIL Nº 676.0.266451/2012**

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa

ASSUNTO: Direito Ambiental > Agrotóxicos

COMPROMISSÁRIO(S): Nilo Augusto Moraes Coelho Filho

OBJETO: Fornecer equipamentos de proteção individual e coletivo (EPI e EPC) específicos para o manejo de agrotóxicos. Observar as normas dispostas no ordenamento jurídico que regulamentam a aplicação dos agrotóxicos via pulverização aérea. Compensar financeiramente pela perda intermitente do ambiente o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), revertendo-a para a Fundação José Silveira.

**246. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.182939/2019**

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Lindomar Barreto Santos

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Apresentar o documento de propriedade do imóvel. Contratar técnico capacitado para elaborar ou corrigir o CEFIR. Elaborar Projeto Simplificado de Recuperação Ambiental.

**254. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.298417/2022**

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 1º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito Penal > Contravenções Penais > Perturbação da Tranquilidade

COMPROMISSÁRIO(S): Braity Empório de Bebidas Distribuidora

OBJETO: Atender aos níveis de decibéis estabelecidos pela Lei Municipal nº 5.354/98.

**259. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.20872/2023**

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): Sendas Distribuidora S/A – Assaí Atacadista

OBJETO: Cumprir estritamente o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Sanar e não reiterar as irregularidades identificadas pela Vigilância Sanitária de Salvador (VISA). Manter-se em conformidade com as exigências da Lei Estadual nº 12.929/2013, do Decreto nº 16.302/2015, das Normas Brasileiras Registradas (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e das Instruções Técnicas (IT) do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

**266. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 646.9.387612/2022**

ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público / Edital > Concurso para servidor

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Itapé

OBJETO: Abster-se de celebrar contratos temporários para preenchimento de cargos, empregos ou funções destinadas à satisfação de necessidades ordinárias e com caráter permanente. Justificar as contratações temporárias, nos moldes do art.37, inciso IX da Constituição Federal. Realizar processo seletivo simplificado para contratação temporária de funcionários. Rescindir os contratos temporários ainda existentes.

**280. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.384457/2021**

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Lucas Brasil dos Santos

OBJETO: Cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor. Não alienar o imóvel até o cumprimento de todas as cláusulas assumidas. Contratar técnico capacitado para elaborar o CEFIR. Preservar a floresta existente na área. Apresentar projeto de manutenção da mata existente. Produzir ou comprar mudas de árvores nativas e frutíferas a serem doadas à Secretaria do Meio Ambiente de Amargosa.

**283. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 646.9.37341/2017**

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora

- Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Edson Oliveira Guimarães

OBJETO: Disciplinar a reparação e indenização do dano ambiental decorrente da destruição de 1,25 hectares de vegetação nativa da Mata Atlântica, objeto especial de preservação não passível de supressão, em estágio médio de regeneração, sem autorização para supressão ou licença do órgão estatal competente, ocorrido no imóvel rural denominado fazenda São José (sítio Rancho Oharm).

**289. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.470892/2022**

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Consumidor - 5º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas

COMPROMISSÁRIO(S): La Pulperia Comércio de Alimentos Ltda

OBJETO: Não reiterar as irregularidades constatadas pela Vigilância Sanitária do Município de Salvador. Cumprir as normas sanitárias vigentes. Apresentar e executar o Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) aprovado pelo Órgão Competente. Adotar a providência indicada pelo PROCON/BA.

**299. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.0.228799/2016**

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça de Educação - 3º Promotor(a) de Justiça

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Acessibilidade > Edifícios Públicos ou de Uso Coletivo

COMPROMISSÁRIO(S): Centro Educacional Duas Amigas

OBJETO: Apresentar projeto de acessibilidade elaborado por profissional devidamente habilitado. Executar e concluir as obras para a implementação do projeto de acessibilidade. Apresentar Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico - PSCIP e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB. Apresentar Alvará de Localização e Funcionamento.

**302. INQUÉRITO CIVIL Nº 699.9.202193/2020**

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba

ASSUNTO: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Poluição

COMPROMISSÁRIO(S): Algodoeira São Luiz Ltda

OBJETO: Adquirir e doar a Companhia Independente de Policiamento Tático da Chapada (CIPT-Chapada) kits de odores específicos do Método Nosemp e sacos de ração canina. Não permitir a circulação de quaisquer veículos de sua frota, que utilizem ARLA 32, sem este agente redutor líquido. Evitar qualquer tipo de intervenção/obstrução no Sistema de Controle de Emissões dos veículos de sua frota.

**317. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.237515/2021**

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

COMPROMISSÁRIO(S): Carlos Robson Rodrigues da Silva

OBJETO: Constar no PRADA as ações de reparação dos danos ambientais. Regularizar as atividades desenvolvidas na Fazenda Ilha da Fantasia. Requerer licenças, autorizações, permissão de lavra, outorga ou dispensa de uso de recurso hídrico. Efetuar cadastros, prestar informações ou quaisquer outras ações exigidas em lei. Pagar R\$150.450,00 (cento e cinquenta mil, quatrocentos e cinquenta reais) para o fortalecimento da cadeia de restauração florestal na região da Hileia Baiana.

**327. NOTÍCIA DE FATO Nº 707.9.54361/2023**

ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Poções

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Concurso Público / Edital > Anulação

COMPROMISSÁRIO(S): Município de Bom Jesus da Serra

OBJETO: Anular o concurso público derivado do procedimento administrativo que resultou na dispensa de nº 12/2020. Instaurar processo administrativo para a apuração das condutas da pessoa jurídica e dos agentes públicos. Publicar edital de licitação para a contratação de nova empresa para a realização de concurso público. Publicar edital de concurso público para o provimento de cargos vagos e para cadastro de reserva. Nomear os aprovados. Anular os contratos temporários e terceirizados.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 6 de junho de 2023.

PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA

Procurador-Geral de Justiça em exercício

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público em exercício